

# QUEBRANDO PARADIGMAS:

o impacto de uma parceria entre uma instituição católica e uma comunidade batista tradicional em favor da vida humana<sup>1</sup>

---

## Breaking paradigms:

the impact of a partnership between a Catholic institution and a traditional Baptist community in favor of human life

*Eliane Maura Littig Milhomem de Freitas<sup>2</sup>  
Renato de Lima da Costa<sup>3</sup>*

### **Resumo:**

O texto apresenta um projeto desenvolvido pela Igreja Evangélica Batista, em Vila Antonieta, bairro da periferia de São Paulo, e a Missão Paz, de acolhimento a imigrantes. O objetivo é demonstrar o impacto desta parceria na referida comunidade batista sob alguns aspectos, enfocando esta aproximação quebra de paradigma nas práticas relacionadas a engajamentos sociais da comunidade batista, cujas ações são mais comumente promovidas e realizadas em conjunto com outras instituições batistas ou, pelo menos, evangélicas, de um modo geral.

**Palavras-chave:** imigrantes, Igreja batista, Missão Paz e paradigma.

### **Abstract:**

The text presents a welcoming project developed by Evangelical Baptist Church in Vila Antonieta, a suburb of São Paulo, and the Peace Mission. The objective is to demonstrate the impact of this partnership in the Baptist community in

---

<sup>1</sup> Este texto foi apresentado no II Simpósio Internacional sobre Religião e Migração – “Diásporas africanas e processos sócio-religiosos”, realizado em parceria pela PUC-SP, Missão Paz e SIMI (Roma), em São Paulo, entre os dias 6 a 8 de junho de 2016.

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciência da Religião na PUC-SP.

<sup>3</sup> Doutorando em Ciência da Religião na PUC-SP.

some aspects, focusing this approach as a break of paradigm in the practices related to social engagements of the Baptist community, whose actions are most commonly promoted and carried out in conjunction with other Baptist or at least Evangelical institutions in general.

**Keywords:** immigrants, Baptist Church, Mission Peace and paradigm.

## Introdução

A questão da constante chegada de estrangeiros ao Brasil, sobretudo, em São Paulo, é uma realidade que exige políticas públicas bem elaboradas, a participação contributiva da iniciativa privada e também o diálogo entre os mais variados grupos que compõem o campo religioso brasileiro a fim de que ações mais concretas possam ser estabelecidas objetivando que soluções efetivas à problemática em questão venham à tona. Nesta perspectiva, uma parceria entre uma comunidade evangélica de denominação batista e de linha tradicional, localizada na zona leste da capital, juntamente com a Missão Paz, instituição católica que se dedica ao tratamento da questão dos imigrantes, com o intuito de se unirem a fim de propor caminhos para a construção de projetos que proporcionem melhores condições de vida àquele que chega, mostrou-se relevante, ainda que marginal diante da dimensão da questão é significativa. A parceria constituiu-se na forma de cursos de português para os imigrantes que residem próximos à referida comunidade batista a fim de que o deslocamento até a Missão Paz, no centro da capital paulista, seja evitado, facilitando assim, ao estrangeiro, a organização de sua nova vida no contexto da capital, sendo possível otimizar tempo e recursos, deparar-se com novas possibilidades de socialização com aqueles que atendem regularmente à comunidade, entre outros benefícios.

O propósito deste texto é demonstrar o impacto desta parceria na referida comunidade batista sob alguns aspectos, enfocando de que maneira esta aproximação com uma instituição católica constituiu-se numa quebra de paradigma nas práticas relacionadas a engajamentos sociais deste grupo mais caracteristicamente conservador, cujas ações desta natureza são mais comumente promovidas e realizadas em conjunto com outras instituições batistas ou, pelo menos, evangélicas, de um modo geral. De que maneira esta aproximação e diálogo inter-religioso entre duas denominações cristãs históricas e já plenamente estabelecidas e legitimadas no contexto religioso atual mostraram-se possíveis, apesar de professarem pontos de vistas doutrinários distintos entre si, aspecto este determinante na tomada de decisões e estabelecimento de diretrizes de ações em benefício dos propósitos da própria denominação, bem como nas ações de missão destes grupos, a fim de se unirem no favorecimento a vida humana, além também dos próprios processos de diálogo interno e de desenvolvimento de uma consciência sensível e solidária ante a necessidade de ações conjuntas entre grupos religiosos, governos, organizações não governamentais e iniciativa privada frente à complexidade da questão, que se deu entre

os membros da Comunidade Batista, serão enfoques aqui considerados com o intuito de propor, a partir desta experiência em conjunto, novas possibilidades de ação quanto a problemática em questão, além também de contribuir para a contínua reflexão das relações entre religião e sociedade no campo da Ciência da Religião.<sup>4</sup>

### **1. Igreja Evangélica Batista em Vila Antonieta e Missão Paz – Juntos no Acolhimento a Imigrantes: Relato de uma experiência.**

A Igreja Evangélica Batista em Vila Antonieta está localizada no bairro de Vila Antonieta, na zona leste da capital de São Paulo, próxima à região do bairro do Aricanduva e, portanto, razoavelmente próxima dos bairros da Penha e de Vila Carrão, que são localidades onde se pode ver a presença de imigrantes em pequenos comércios informais ou em busca de melhores oportunidades de trabalho. É uma igreja batista de linha tradicional, presente no bairro de Vila Antonieta desde 1964.

O seu início foi modesto, pois se deu na casa de um morador de Vila Antonieta que, na ocasião, também era frequentador da igreja batista em Vila Carrão. Cedendo um espaço de sua casa para as reuniões de culto, em pouco tempo o número de participantes aumentou, pois pessoas conhecidas do próprio grupo eram convidadas a participar, de modo que, rapidamente, percebeu-se a necessidade de um local maior e mais propício para os propósitos a que se propunha aquele grupo de cristãos evangélicos, a saber, de oficializar-se como uma nova igreja batista naquele lugar, o que, de fato, aconteceu em 12 de setembro de 1964.

A parceria com a Missão Paz no auxílio a imigrantes e refugiados mediante o ensino da língua portuguesa nas dependências da referida comunidade batista foi resultado, primeiramente, de uma conscientização por parte dos frequentadores da comunidade batista acerca da realidade a que estavam sujeitos indivíduos oriundos de várias localidades e que, no Brasil, se encontravam em extremas necessidades. Tomando conhecimento acerca da motivação para o trânsito ao Brasil, declarada por grupos de haitianos a alguns pesquisadores que atuaram na Missão Paz, das barreiras para a organização da vida com as quais se deparavam neste novo contexto em que se encontravam, não apenas no que diz respeito ao idioma ou às dificuldades para uma colocação profissional, mas também barreiras de natureza cultural e racial, do trabalho desenvolvido pela Missão Paz em relação à questão migratória, com todos os seus focos de atuação, entre outras informações que foram colhidas por ocasião do primeiro Simpósio sobre Religião e Migração, realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2015, e que chegaram ao conhecimento dos membros do grupo batista, este último foi provocado a uma reflexão mais profunda acerca

---

<sup>4</sup> Renato, co-autor deste texto, é também pastor titular e presidente da Igreja Evangélica Batista em Vila Antonieta, participando, nesta condição, diretamente dos processos de efetivação da parceria, compartilhando, inclusive, das informações que havia recebido por ocasião da participação no primeiro Simpósio sobre Religião e Migração na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2015.

do papel da igreja cristã, bem como da religião de um modo geral, neste cenário social que vem se construindo e apresentando, conseqüentemente, dilemas no tratamento da questão.

Como resultado deste período de auto-reflexão, conscientização e disposição em cooperar com vistas a promover maiores facilidades de adequação e adaptação aos estrangeiros que aqui se encontravam buscando melhores oportunidades de vida, um grupo de pessoas da comunidade batista se apresentou à Missão Paz com o intuito de conhecer com mais detalhes as atividades desenvolvidas pela instituição no acolhimento a estrangeiros. Recebido pelo responsável da Missão, o padre Paolo Parise, o grupo conheceu as dependências da instituição, alguns membros da equipe que estavam de trabalho, bem como informações acerca das frentes de atuação da instituição no desenvolvimento de sua missão. O responsável pela Missão Paz fez saber ao grupo ali presente que seria de muito proveito para os estrangeiros que residiam nas localidades adjacentes ao bairro de Vila Antonieta, onde a comunidade batista se encontra, se houvesse um local para as aulas de português, que fosse mais próximo de suas residências do que o bairro do Glicério, onde a Missão Paz reside, pois economizariam tempo e recursos. O grupo visitante, do qual fazia parte o pastor e presidente da referida igreja, entendendo a necessidade colocou à disposição para esse trabalho, de imediato, as dependências da igreja batista que representavam como sendo este possível local mais próximo. O grupo afirmou ao padre Paolo Parise que a estrutura que a igreja batista desfrutava, permitia o ensino em salas de aulas, pois, além de dispor de salas, também dispõe de cozinha e banheiros. Além disso, afirmaram que esta possível parceria que já estava se desenhando, de maneira nenhuma, implicaria em algum custo para a Missão Paz ou para os alunos imigrantes que viriam a atender ao curso. Tendo se interessado pela possibilidade, a partir daquele momento, outros encontros foram realizados para a discussão das viabilidades das aulas.

Em janeiro de 2016, com o auxílio direto do Instituto Arnaldo Moraes de Miranda, instituição através da qual a referida igreja batista realiza os seus projetos sociais, um evento de integração que reuniu algumas famílias da comunidade batista, imigrantes que se encontravam na Missão Paz, e a própria Missão Paz, aconteceu nas dependências da igreja batista em Vila Antonieta, contando com o apoio de sua liderança, e em março de 2016, tiveram início as aulas de português das terças às quintas feiras à noite.

## **2. Diálogo inter-religioso: quebrando paradigmas para favorecer a vida humana**

Em muitos episódios da história mundial observamos divisões e separações entre os povos. Essas rupturas foram fomentadas por motivos diversos, entre eles os de ordem religiosa. No entanto, em tempos de busca por uma cultura da paz e de movimentos para salvaguardar a garantia dos direitos humanos, compreende-se a necessidade do diálogo e da aproximação entre grupos distintos.

No que diz respeito à trajetória religiosa no Brasil, observa-se inúmeras marcas da intolerância religiosa, sobretudo em relação às religiões de matrizes africanas e religiões indígenas marginalizadas pela sociedade e muitas vezes desconsideradas como religião. No intuito de buscar amenizar tais insanidades, vários movimentos foram se constituindo no Brasil, tais como: Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), Conselho do Ensino Religioso (CONER), Centro de Referência à Discriminação Religiosa (CRDR), Comissão Ecumênica Nacional do Combate ao Racismo (CENACORA), Centro Nacional de Africanidade e Resistência (CENARAB), Iniciativa das Religiões Unidas (URI) entre outras que “tem se empenhado no combate às diversas formas de intolerância que surgem em nome da religião, procurando por meio do diálogo inter-religioso promover o respeito às diferentes tradições religiosas” (SOUZA, 2015, p. 2).

A Constituição Brasileira se posiciona como isenta de religiosidade e se declara laica, porém, toma para si a responsabilidade no combate à intolerância religiosa e a promoção de políticas públicas de combate à desigualdade, injustiças, dentre outras. O artigo 5º, inciso VI da Constituição, estabelece que: *É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de cultos e suas liturgias* (BRASIL, 1988). E ainda, conforme Lima (2012, p. 2).

[...] a laicidade “pertencendo o espaço público” se torna “indivisível”, ou seja, “nenhum cidadão ou grupo de cidadãos deve impor as suas convicções aos outros. O Estado laico proíbe-se de intervir nas formas de organização coletivas (partidos, igrejas, associações etc.) às quais qualquer cidadão pode aderir”. Por princípio, a própria Associação República e Laicidade argumenta que a laicidade “garante a liberdade de crença e de culto dentro dos limites das leis comuns e da ordem pública. Entretanto, a Laicidade opõe-se ao clericalismo logo que preconiza discriminações ou tenta apropriar-se da totalidade ou de uma parte do espaço público”.

Assim também a Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada pela ONU (Organização das Nações Unidas) no artigo XVIII, p. 10, também declara que:

Todo ser humano tem direito a liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em particular.

Como política pública destaca-se a *Cartilha da Diversidade Religiosa* (2004), que busca ressignificar tanto o Artigo VI da Constituição, como o Ar-

tigo XVIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No texto da Cartilha é ressaltada a pluralidade de raças, culturas e religiões presentes no Brasil, daí a necessidade de enriquecer e potencializar ações conjuntas e promover o diálogo inter-religioso. Segundo a Cartilha, no ano de 2000, em Nova York, reuniram-se no encontro da Cúpula Mundial de Líderes Religiosos e Espirituais pela Paz Mundial, lideranças evangélicas, católicas, budistas, judaicas, islâmicas, espíritas, hinduístas, taoístas, bahá'ís, esotéricas e outras religiões com o compromisso com a Paz Mundial. Do mesmo modo, a Cartilha da Diversidade Religiosa reuniu diversas religiões que manifestaram no documento o seu pensamento contribuindo para a sua construção a fim de *combater a discriminação e a intolerância e lutar por melhores condições de vida para todos* (2004, p. 18).

Observa-se que o texto preconiza o combate a discriminação, perseguição e até violência física, sobretudo em relação às religiões minoritárias que são o maior alvo da intolerância religiosa.

Em concordância com todo esse movimento há ainda a Lei nº 9.475/1997 que trata do oferecimento da disciplina do Ensino Religioso no Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras. O texto da Lei assevera que a disciplina deve assegurar a diversidade religiosa presente no país, bem como erradicar toda e qualquer forma de proselitismo.

Para promover uma cultura de paz e de diálogo é necessário conhecer o outro, sem, no entanto, abrir mão de sua crença e pensamento. Nesse percurso faz-se necessário a busca pela superação do medo e da arrogância religiosa, muito presente no meio social.

Para que o diálogo aconteça, em primeiro lugar é necessária a consciência da vulnerabilidade e dos próprios limites. Reconhecer que a verdade não é uma posse garantida, mas fruto de uma experiência de caminhada comum, de partilha e de busca permanente (STURMER, 2009, p. 55).

### **3. Repensando o papel da igreja no cenário atual**

Um referencial teórico bastante pertinente aos propósitos deste texto e cujo pensamento pode oferecer elementos para uma reflexão mais precisa acerca do papel da igreja cristã diante dos dilemas éticos, sociais e teológicos da contemporaneidade, é Comblin. Em se tratando, por exemplo, da questão dos pobres, o autor comenta.

Os pobres estão aí, não podendo ser escondidos – apesar das muitas tentativas nesse sentido. São demais. Estão aí e existem. Já não podemos esconder essa realidade. Sabemos que, no evangelho, para Jesus, essa existência é o pecado básico da humanidade. Não é fatalidade, má sorte, necessidade natural. A pobreza dos pobres está diretamente ligada à riqueza dos outros que não querem partilhar (COMBLIN, 2005, p. 15).

Comblin, a fim de revelar a dimensão do problema e a complexidade de sua solução, afirma que *não se trata somente da pobreza material, mas da pobreza social, intelectual e humana. Trata-se do problema do nascimento de um mundo excluído condenado a não ser nunca nada – pessoas que são inúteis para a sociedade, por não se integrarem no sistema* (COMBLIN, 2005, p. 15).

Após expor a gravidade do tema, o autor chama à responsabilidade a igreja afirmando ter esta instituição um papel fundamental no enfrentamento da questão dizendo *mas os pobres estão aí. As questões fundamentais para as Igrejas continuam sendo estas: existem ou não existem os pobres?* (COMBLIN, 2005, p. 15). E segue dizendo

Por isso, a questão teológica primordial, prévia a qualquer exposição, é: vamos falar da pobreza, ou vamos silenciá-la como sendo um não-problema teológico? Qualquer publicação teológica dá uma resposta explícita ou implícita a essa questão. A partir disso já se sabe o desenvolvimento de todo o conteúdo. Qualquer que seja o nome que se lhe possa dar, a teologia deve colocar em primeiro lugar essa questão prévia. Se, como faremos aqui, optamos pela existência dos pobres, podemos passar para a questão seguinte: por que é que na atualidade as Igrejas, nas suas instituições e nos seus representantes, não gritam? Os que não têm voz, têm menos influência hoje do que há 30 anos. A Igreja será a não-voz dos que não têm voz? Apesar do silêncio da instituição, os pobres devem ser o primeiro tema da teologia (COMBLIN, 2005, p. 16).

É possível afirmar que, para o autor, portanto, quando a Igreja, independentemente da denominação ou de suas mais variadas instituições, ainda que a sua reflexão seja mais direcionada ao universo católico, faz uma leitura dos dilemas que compõem a realidade social contemporânea a partir de uma teologia pessimista que aponta para um inevitável destino marcado pelo catastrofismo social, limitando, assim, as suas ações de missão de modo a adiar práticas indispensáveis de enfrentamento dos mesmos dilemas, além de fomentar em seus atendentes uma atitude conformista e indiferente ante os dramas que a todos cercam, tidos como inevitáveis, já que o caos social é o fim a que a sociedade está destinada, também reflete uma hermenêutica teológica equivocada, individualista e contrária ao genuíno sentimento cristão fundamentado na pessoa do Cristo. Neste aspecto, Castillo (2010), em *A ética de Cristo*, observando a profunda sensibilidade na pessoa do Cristo ante o sofrimento humano e partindo de uma exegese minuciosa do termo grego empregado pelo autor bíblico para descrever a essência deste sentimento, desenvolve uma reflexão bastante oportuna para este texto.

Portanto, quando os evangelhos utilizam esse verbo, para fazer referência às relações ou comportamentos de Jesus, na realidade,

o que falam é algo que diz respeito à sensibilidade de Jesus. Esse fato, frequentemente, não aparece com clareza nas traduções do texto grego original, porque não é raro que os tradutores, ao se depararem com esse verbo, o traduzam por “ter misericórdia” ou “ter compaixão” e, por vezes, “ter pena”. O fato é que tudo isso é verdade. Mas também é certo que, nessas expressões, afirma-se algo que corre o risco de nos fazer pensar que, diante das desgraças alheias, Jesus reagia como qualquer um (que não for desalmado) reage diante de um mendigo que pede esmola ou um maltrapilho que anda pelas ruas. Muitas pessoas, quando vêem um mendigo assim, sentem “pena” ou experimentam alguma “compaixão” e dão-lhe uma esmola, com o que cumprem uma “obra de misericórdia”. E a coisa não passa disso. Evidentemente, tudo isso é bom. No entanto, nada disso explica o que Jesus fazia e vivia. Embora à custa de me tornar maçante, é necessário insistir em que o verbo *splagchnizomai* significa literalmente “sentir uma comoção das próprias entranhas”. Expressa, portanto, uma *reação visceral*, a sensação mais íntima e humana que uma pessoa pode experimentar (CASTILLO, 2010, p. 93-94).

Castillo, assim, ressalta esta marca do Cristo diante do sofrimento alheio. Para ele, *Jesus não suportava ver pessoas passando necessidade, não aguentava a dor dos outros, era algo superior as suas forças. Sua sensibilidade não tolerava isso* (CASTILLO, 2010, p. 94). Além disso, o autor observa a necessidade de não desumanizar o sentido do termo em questão. Para ele, *não chegamos a absorver por completo que o Deus de nossa fé se revelou na humanidade de um ser humano e que, precisamente por isso, o mais profundamente humano, o mais íntimo do humano é, ao mesmo tempo, o mais sublimemente divino* (CASTILLO, 2010, p. 94).

Considerando mais uma vez a obra *Quais os desafios dos temas teológicos atuais?*, nela Comblin também aborda os conflitos e divergências de opiniões no campo da bioética e do pluralismo das religiões, entre outros temas. Mas, sua contribuição no campo da eclesiologia também é de grande valor. Como ponto de partida de sua análise, o autor considera ser necessário que a igreja se submeta a análises históricas e sociológicas a fim de não se perder em seu propósito.

Sem isso, permanecerá na ilusão e será como hoje: prisioneira de uma administração central, que não é controlada, mas que controla tudo, que obedece às regras da burocracia e, como qualquer burocracia, não tem outra finalidade que não seja a sua perpetuação e o crescimento do seu próprio poder (COMBLIN, 2005, p. 57-58).

Esta submissão necessária, segundo o ponto de vista de Comblin, permitirá à igreja uma prática contínua de auto-reflexão acerca do propósito de sua missão,



de seus valores éticos e de seus métodos de atuação. Para o autor *será preciso lembrar que a Igreja está no mundo, está na história, está na cultura e pode mergulhar de tal modo na cultura e na história que perde o conteúdo próprio* (COMBLIN, 2005, p. 57). Seguindo sua argumentação, Comblin afirma ser necessário e urgente descentralizar o poder e as ações diretivas da igreja. Comentando acerca do Concílio Vaticano II, o autor considera que

O Vaticano II lançou temas bíblicos e patrísticos sobre a Igreja, mas não previu nenhum caminho prático para aplicar esses temas na sociedade atual. Na prática, tudo ficou igual. A igreja quis definir-se como missionária, mas manteve as estruturas de cristandade. Quis definir-se como servidora, mas continua apegada ao resto de poder que ainda tem e pretende reconquistar o poder que perdeu. Deixa o mundo na incerteza: o que querem mesmo os cristãos? (COMBLIN, 2005, p. 65).

Partindo da questão colocada na citação anterior, bem como dos apontamentos e reflexões feitos a partir dos autores aqui mencionados, entende-se que o papel da Igreja num universo plural, consumista e de contínua mercantilização da fé, como é característico no contexto contemporâneo, é o de socorrer aqueles que estão desamparados e com possibilidades básicas de vida seriamente comprometidas. Ser, de fato, a voz dos que não tem voz. É necessário, portanto, uma prática mais efetiva que discursiva dos princípios que propõe e defende, mais tolerante que fundamentalista, mais aberta ao diálogo do que ditatorial em suas prerrogativas, mais acolhedora e compassiva do que julgadora e discriminatória. No entanto, numa época de pluralidade religiosa e de pluralidade de igrejas, o excesso sufocou o sentido de ser igreja, a mensagem se voltou para a satisfação de desejos os mais egoístas dos indivíduos mediante o pagamento de ofertas, e o propósito se reduziu em prosperar materialmente os fiéis seguidores.

É demanda da religião e, no caso, da igreja cristã, a questão da miséria em todas as suas dimensões, da falta de acesso a educação e saúde básica de qualidade, da falta de acesso à moradia, ao emprego, entre outras questões. O Evangelho aponta para uma realidade de vida em que não se encontra fome, abandono, preconceito, discriminação, miséria, corrupção, entre outros males que só deterioram as condições mínimas de vida dos indivíduos. Esta realidade é chamada de *Reino de Deus*. Sendo assim, uma vez em que a igreja se propõe a ser a proclamadora desta realidade, deve mostrá-la possível dentro de suas próprias fronteiras, na construção e manutenção de relacionamentos respeitosos e pacíficos e, portanto, primeiramente entre os seus, para, então, demonstrá-la ao mundo na qual se encontra inserida.

Não apenas a questão dos pobres, como fora abordada, entre outras, mas também a questão migratória constitui-se como sendo uma demanda também de responsabilidade da igreja. Acolher o diferente e conferir-lhe possibilidades de vida deve ser prioridade na agenda eclesial *a fim de não corromper a sua missão*. Os atendentes do grupo batista entenderam esta necessidade, se

permitiram à reflexão, superaram paradigmas e se abriram para receberem e agregarem pessoas de culturas diferentes em seus círculos de convivência, ainda que para isso tenha sido necessária uma aproximação com uma instituição e uma igreja cristã, cuja hermenêutica bíblica e escopo doutrinário lhe é diferente.

### 3. A proposta de uma ética civil a partir do diálogo inter-religioso

Küng (1993) foi quem entendeu a necessidade de aproximação com diálogo entre as grandes religiões com a finalidade de proporem caminhos, encontros, trocas que pudessem dar condições razoáveis para a construção de melhores possibilidades de convivência entre as nações, a despeito de diferenças culturais, de credo, políticas e socioeconômicas pertinentes a cada uma delas. Em *Projeto de Ética Mundial*, o autor está convicto ao afirmar que *não haverá paz entre as nações sem uma paz entre as religiões. Repetindo: sem paz entre as religiões não haverá paz no mundo* (KÜNG, 1993, p. 126-127). O autor argumenta em favor de sua hipótese observando que

Tantos massacres e guerras não somente no Oriente Médio, mas também em outros lugares são indescritivelmente fanáticos, sangrentos e impiedosos, porque foram religiosamente fundamentados. Assim podemos enumerar uma série de tais conflitos: entre cristãos maronitas e muçulmanos, sunitas e xiitas, entre palestinos, drusos e israelenses, entre o Irã e o Iraque, entre indianos e paquistaneses, entre hinduístas e siks, entre budistas senegaleses e hinduístas do Ceilão, entre monges budistas e o regimento católico no Vietnã, entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte (KÜNG, 1993, p. 124).

Em face de realidades assim, responsáveis pela criação de cenários sociais permeados de insegurança, de medo da não capacidade de sobrevivência, de incertezas quanto às reais possibilidades de novos conflitos, de desfavorecimento da vida humana, e que também só fazem desacreditar o discurso das religiões, em virtude de não poucas justificativas para as práticas conflituosas estarem fundamentadas em preceitos religiosos, revela-se, perceptivelmente, a contradição presente entre as constantes promulgações de paz e de boa convivência com o semelhante, ainda que diferente sob aspectos de manifestação de uma crença e de modos de vivenciar uma cultura, porém, não como indivíduo em essência, entre outros, que se encontram presentes em toda prédica religiosa, e o choque com a vivência prática e diária desta mesma fé religiosa em seu contexto próprio. É inegável constatar uma ruptura entre o discurso e a prática religiosa. Um divórcio praticamente consumado entre uma ética confessional, esta polida e comprometida em salvaguardar direitos mútuos para benefício de todos, e uma ética relacional, ordinária, presente e produto do dia a dia, que constantemente rebaixa, desconsidera e desqualifica manifestações de culto distintas. Ações as-

sim são cada vez mais comuns, quando não compreendidas também como um próprio ato religioso em defesa da fé. Assim, o autor é enfático ao dizer que *a discussão construtiva com as outras religiões deste mundo por causa da paz no mundo é de importância vital* (KÜNG, 1993, p. 127).

Interessante é observar, no entanto, que a despeito de todas as diferenças que se encontram presentes entre os grupos religiosos num amplo, plural e complexo campo religioso, diferenças de cosmovisão, de conjunto de valores éticos, de modos de culto, ritos e mitos, bem como das consequências últimas a que tais diferenças levam, também é possível encontrar em seus escopos teológicos construídos reflexivamente e legados por tradição, valores éticos que, de maneira surpreendente, superam fronteiras estabelecidas por culturas e formas de organização social, às vezes, muitos particulares, entre outros elementos, e dentre as quais tais grupos se encontram localizados, fazendo-se a todas comuns. São as chamadas *Regras de Ouro*, isto é, normas éticas que se encontram presentes no conjunto de valores éticos de cada um dos grandes grupos religiosos, apesar de, como já mencionado, todas as particularidades, escopos teológicos, tradições históricas, entre outros aspectos, pertinentes a cada grupo em si. São valores éticos que prezam pela vida humana, sua proteção, o resguardo de sua integridade, de seu direito à vida, bem como pela promoção da boa convivência entre os indivíduos em suas mais variadas relações.

Para Küng, a reunião destas *Regras de Ouro* daria origem a uma ética civil universal, isto é, comum a indivíduos em seus mais variados contextos, e construída a partir do diálogo inter-religioso. Vê-se, portanto, que para o autor os grandes grupos religiosos, isto é, as religiões mundiais, ocupam o papel de protagonistas na construção de uma paz mundial no instável e conflituoso cenário de vida moderno permeado de contradições e dilemas.

Sanchez (2015), tratando do Concílio Vaticano II e enfocando a importância dada ao tema do diálogo inter-religioso na referida reunião, considera, semelhantemente a Küng, esse papel fundamental das religiões presente em sua própria natureza.

A dimensão do diálogo é intrínseca às religiões: ao fazerem referência aos seus princípios e valores considerados sagrados, as religiões dialogam com o mundo respondendo aos desafios presentes na natureza e na vida das pessoas. Elas fornecem um quadro de referências que permitem aos seus membros dialogar com o mundo e, portanto, contribuem para dar sentido e significado a tudo o que existe. Ao falarmos de diálogo com as religiões, estamos falando de algo que é desdobramento dessa dimensão das religiões: dialogar para tornar o mundo habitável e mais humano (SANCHEZ, 2015, p. 90).

Após este embasamento teórico, cujas considerações atestam para a importância e necessidade urgente de *aproximação com diálogo* entre as religiões a fim de num esforço em conjunto prestarem maior assistência a pessoas des-

favorecidas no contexto social atual, mais alguns apontamentos precisam ser destacados em relação ao impacto da parceria entre a igreja batista aqui referida e a instituição católica na comunidade batista.

Há de se assegurar que a parceria aqui relatada, primeiramente, constituiu-se numa quebra de paradigma no que diz respeito ao modo de se promover ações sociais, evangelísticas e missionárias entre grupos tradicionalmente batistas. Na referida igreja, por exemplo, é possível afirmar nunca antes ter havido um trabalho de natureza social em conjunto com grupos de confissão religiosa que não fosse, pelo menos, evangélica, à exceção dos trabalhos realizados e promovidos por intermédio de seu instituto, instituição fundada e dirigida por membros da igreja batista e que utiliza do espaço desta para o desenvolvimento de seus projetos sociais. O instituto participa regularmente de encontros com outras entidades sociais de bairros adjacentes a Vila Antonieta, como o bairro do Aricanduva e de Vila Formosa, onde seus representantes discutem meios que possam minimizar os problemas sociais dos bairros ali representados, bem como a realização de projetos em conjunto que visem melhorias das condições de vida de seus moradores. Porém, à exceção do instituto, na referida igreja batista, ações de caráter missionário, encontros com o enfoque sobre o cuidado com a família, programação especiais para jovens, como congressos e outros eventos, programas sociais que visem atender às necessidades do bairro de Vila Antonieta, sobretudo, antes da fundação do instituto, sempre foram realizadas de forma independente ou em parceria com igrejas batistas próximas. Às vezes, com agências de evangelização também de denominação batista e, quando não batista, com outros grupos evangélicos.

A justificativa para ações de caráter mais exclusivista do que inclusivista pode resultar de um receio quanto à perda da identidade confessional quando da aproximação com outros grupos religiosos de confissão distinta, mesmo que tal aproximação possa se mostrar eficaz no atendimento a necessidades humanas específicas. Além disto, pode-se cogitar também haver uma resistência a encontros e, portanto, também a projetos, de caráter ecumênico, ainda que tais encontros possam trazer crescimento e amadurecimento mútuos através do diálogo inter-religioso, de possibilidades de cooperação e de reunião de competências, e de recursos na solução de males sociais, aprendizado próprio com o diferente, entre outros valores.

À luz das considerações de Küng e de Sanchez, bem como de outros referenciais teóricos que tratam da mesma temática, a parceria estabelecida no acolhimento a um grupo específico de pessoas, com necessidades também específicas, revelou-se também, no referido grupo batista aqui enfocado, como já mencionado, como sendo o reflexo de uma conscientização por parte de seus atendentes quanto às necessidades de maior proximidade com indivíduos que professam uma fé religiosa distinta a fim de, num esforço em conjunto, com diálogo, disposição para ouvir e aprender com o diferente, construir um mundo mais humano e habitável, como coloca Sanchez na citação já referida, viabilizando melhores condições de vida a pessoas em situações de risco. Além deste aspecto, esta aproximação com uma denominação cristã não evangélica pelo grupo batista também reflete uma maior sensibilidade por parte dos membros

frequentadores deste último grupo em relação a uma demanda muito complexa, que exige políticas de acolhimento mais bem elaboradas por parte dos organismos do governo, entre outras ações e iniciativas, mas que, por vezes, não se concretizam de maneira efetiva, ainda que haja urgência em razão do fluxo de chegada que continua constante e que, em assim sendo, só fazem redimensionar a amplitude da questão, de modo que o grupo batista entendeu ser fundamental e urgente cooperar com uma instituição já plenamente estruturada e legitimada no cenário atual por suas ações e por sua história no tratamento da questão a fim de minimizar, ainda que de forma marginal, o drama geral pelo que passam os imigrantes quando de sua chegada ao Brasil.

Quando questionado acerca de quais seriam os fundamentos da ética de um indivíduo não religioso, Umberto Eco, em resposta ao cardeal Carlo Maria Martini, respondeu que *quando o outro entra em cena, nasce a ética* (ECO e MARTINI, 2006, p. 79). Para Eco, o apelo ético origina-se de imediato para o indivíduo quando este vê diante de si o seu semelhante com quem tem de se relacionar. Jonas, sob a mesma perspectiva e também comprometido em elaborar as bases para uma ética que venha a salvaguardar a vida humana num futuro próximo, afirma ser necessário a criação de uma ética de responsabilidade para com aquele com que se divide o mesmo espaço, o mesmo tempo, as mesmas instituições sociais, entre outros elementos.<sup>5</sup> O texto dos evangelhos, referencial para as ações de missão e para a construção e manutenção de valores éticos de grupos cristãos, não aponta um caminho distinto, antes, corrobora com as considerações destes e de outros autores que aqui foram mencionados. O Cristo aproximou com diálogo atento, compreensivo e compassivo, judeus e samaritanos, e também gentios. Acolheu crianças e conversou com mulheres mostrando que é possível superar paradigmas a fim de valorizar tudo aquilo que a todos tornam iguais. Aliás, não escolheu ele, entre os seus apóstolos, um publicano e também um zelote?

## Considerações Finais

A situação posta reuniu duas igrejas cristãs que vislumbraram a possibilidade do diálogo para o favorecimento da vida humana. Essa comunhão precisou contar com o respeito às identidades e a alteridade de cada grupo envolvido: católicos, batistas e imigrantes que por certo não fazem parte de um único grupo religioso. Assim foi necessário ultrapassar fronteiras e sobrepor ao etnocentrismo, pois *o diálogo inter-religioso envolve uma ampliação do olhar, uma capacidade de enxergar com largueza* (TEIXEIRA, 2010, p. 159).

Por certo a estranheza aparece em ambas às partes. E assim se promove um exercício religioso que é o acolhimento do outro sem esperar algo em troca, mas simplesmente a generosidade, compaixão e doação. Por outro lado algo

---

<sup>5</sup> Jonas desenvolve a sua teoria na obra *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*, cuja bibliografia completa se encontra no final deste texto.

muito bonito ocorre que é a troca de experiências e a convivência com grupos diferentes, que possibilita conhecimento e aprendizagem tanto da cultura como da religiosidade de cada grupo.

É importante considerar que o elemento *conversão* não está em evidência, mas sim o sentido e o desejo de trabalharem juntos primando pelo bem estar de um grupo que por hora precisa de ajuda em todos os sentidos para que sua integridade tanto física, como emocional, e também sua identidade religiosa, sejam preservadas.

Esta pequena iniciativa por parte da igreja batista em colocar à disposição o seu espaço para a ministração de aulas de português aos imigrantes e a partir de uma parceria com uma instituição católica, permitiu aos membros desta comunidade, inclusive, de sua própria liderança, uma auto-reflexão acerca do papel da igreja batista cristã neste cenário social contemporâneo, ainda que a atuação desta comunidade batista seja marginal, limitada à sua própria localidade. Constitui-se também num passo a mais na direção do diálogo inter-religioso em favor do socorro às necessidades humanas e, aqui, em específico, em favor de imigrantes e refugiados. A experiência foi também compartilhada com outras comunidades batistas próximas ao bairro de Vila Antonieta com o intuito de expandir a iniciativa, provocar a reflexão e trazer novas possibilidades de parceria com outras instituições, religiosas ou não, em favor dos que se encontram em situações de risco. Seguramente, os reflexos destas ações serão bastante positivos para todos.

Esta experiência bastante positiva e interessante ao campo dos estudos em religião pela Ciência da Religião provou que o diálogo inter-religioso é possível quando a complexidade da questão alvo do diálogo é priorizada. A fim de reunir esforços no enfrentamento dos dilemas e dramas legados pelo projeto moderno à sociedade civil, bem como outros que são originários da própria trajetória de embates e de disputas de poder e de territorialidade pelos próprios grupos religiosos, como já demonstrou Küng, é necessário colocar, em segundo plano, diferenças pertinentes ao escopo doutrinário particular de cada denominação, bem como a cosmovisão e a hermenêutica próprias, para que o elemento que a todos é comum possa aparecer e ser enaltecido. Esta experiência de aproximação também demonstrou isto.

Os alunos imigrantes aprendem a língua portuguesa, o jeito de ser brasileiro e um pouco da maneira brasileira de construção de relacionarmos. Mas, com eles, os brasileiros também aprendem valores fundamentais para a vida em comum, como o respeito mútuo, a abertura para aprender com o diferente e a importância do acolhimento e do altruísmo na vida diária.

## Referências bibliográficas

- A BIBLIA sagrada: Tradução na Linguagem de hoje. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil.
- AUGUSTO, A. M. (org.). Ainda o sagrado selvagem. Homenagem a Antônio Gouvêa Mendonça. São Paulo: Fonte Editorial/Paulinas, 2010, pp. 155-166.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

- CASTILLO, J. M. *A ética de Cristo*. São Paulo: Loyola, 2010.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf> Acesso em 21 de maio de 2016.
- CARTILHA DA DIVERSIDADE RELIGIOSA E DIREITOS HUMANOS. Disponível em <http://docslide.com.br/documents/diversidade-religiosa-e-direitos-humanos-cartilha-em-portugues.html> Acesso em 21 de maio de 2016.
- COMBLIN, J. *Quais os desafios dos temas teológicos atuais?* São Paulo: Paulus, 2005.
- ECO, H. E MARTINI, C. M. *Em que crêem os que não crêem?* 10a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- JONAS, H.. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.
- KÜNG, H.. *Projeto de ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*. São Paulo: Paulinas, 1993.
- LIMA, W. M. Laicidade e Ensino religioso: perspectivas para a educação pública. *PARALELLUS – Revista Eletrônica em Ciências da Religião – UNICAP*, Recife, Ano 3, n. 5, jan./jun. 2012.
- SANCHEZ, W. L. *Vaticano II e o diálogo inter-religioso*. São Paulo: Paulus, 2015.
- SOUZA, Maílson Fernandes Cabral de. Diálogo Inter-religioso e Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas à Luz da Ética da Compreensão de Edgar Morin. *Anais do Congresso ANPTECRE*, v. 05, 2015, p. GT0314.
- STURMER, R. Diálogo Inter-religioso. *Ciberteologia – Revista de Teologia & Cultura – 2009*. Ano II, n. 15.
- TEIXEIRA, F. Fundamentos e possibilidades para um diálogo inter-religioso hoje. In.: AUGUSTO, A. M. (org.). *Ainda o sagrado selvagem*. Homenagem a Antônio Gouvêa Mendonça. São Paulo: Fonte Editorial/Paulinas, 2010, pp. 155-166.